



JORNADA DE PLANEJAMENTO E FORMAÇÃO PEDAGÓGICA 2024

Tema 10:

Gestão para Resultados da Aprendizagem

Orientações Pedagógicas Educação Infantil

É objetivo da Educação Infantil assegurar o acolhimento e a permanência da criança na instituição e oferecer propostas que promovam o desenvolvimento integral das crianças em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social. Com isto posto, este documento orientador visa detalhar as dimensões e subdimensões necessárias para garantir a qualidade do atendimento oferecido pela unidade.

Durante a Jornada Pedagógica 2024 será iniciada a construção do Plano de Dimensões e este documento servirá como referência para que a Unidade possa realizar uma diagnose qualitativa da etapa, priorizando as subdimensões mais desafiadoras e que, atualmente, impedem o pleno alcance do seu grande objetivo.

As orientações para a construção do Plano das Dimensões em 2024 estão disponíveis no Guia de Planejamento – Planos das Dimensões 2024.



Guia de Planejamento: O “Guia de Planejamento - Planos das Dimensões 2024”, está disponível na aba “vídeos e Arquivos” do GP Ágil.



O QUE É UMA AÇÃO?

No contexto dos Planos de Dimensões, a ação é uma proposta pedagógica que visa mitigar ou eliminar um problema, para potencializar as condições de desenvolvimento promovidas na Unidade Escolar para a Educação Infantil.

Para a qualificação do plano, é fundamental que suas ações sejam elaboradas e executadas coletivamente pela Equipe Gestora, Coordenação Pedagógica, Professor(a) Orientador(a) e professores(as) da EI.

Deve-se partir de uma diagnose que identifique os problemas que afetam a modalidade na Unidade Escolar e interferem nas condições de aprendizagem e desenvolvimento integral da criança. A ação deve ter fundamento nas normativas vigentes para a Educação e nos Referenciais da modalidade ou da área de conhecimento abordada, a fim de se evitar propostas com fragilidades conceituais, metodológicas ou que estejam em desacordo com as normas Federais e Municipais da Educação.

Ao se propor uma ação para o Plano de Dimensões, é imprescindível observar os seguintes pontos:

1. Ação de rotina versus ação de melhoria: A ação de rotina é tudo que se caracteriza como função elementar da escola. As ações do plano devem representar uma ação de melhoria, portanto devem procurar ampliar oportunidades e qualificar propostas visando impactar positivamente as condições de desenvolvimento integral das crianças em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social.

2. Ações exequíveis, mensuráveis e que reflitam nas condições de aprendizagem: Uma ação deve conter uma proposta realista, passível de ser executada e que seja possível de ser mensurada e comprovada. Portanto, recomenda-se atenção ao redigir os “cenários pretendidos”. Tanto a ação quanto o cenário precisam ser concretos, pois uma ação subjetiva impossibilita ser medida e comprovada. Outro ponto fundamental é que todas as ações, mesmo as direcionadas à infraestrutura ou segurança, devem ter como objetivo refletir positivamente nas condições de desenvolvimento, sejam promovendo a qualificação do espaço com essa finalidade ou o acesso a novos conhecimentos.



3. Evidências: As evidências precisam representar nitidamente a ação em seu processo e seu resultado, conforme foi proposta pela Unidade Escolar. Além de se utilizar impreterivelmente das evidências definidas na resolução que regulamenta o processo para o ano de 2024, são fundamentais: os cuidados com a qualidade das evidências e a adequação da evidência ao que pretende comprovar.

Quanto à qualidade das evidências, é importante considerar que:

- Documentos, como atas, lista de frequência e relatórios, devem ter linguagens e estruturas oficiais. Atas devem ser redigidas no livro oficial da unidade escolar, listas de frequência e relatórios devem conter cabeçalho digitado identificando a instituição, a ação, a data e assinatura dos(das) responsáveis.
- Melhorias de infraestrutura precisam, ao menos, demonstrar por imagem o comparativo de antes e depois da ação.
- Eventos, quando comprovados por meio de fotos, devem evidenciar com nitidez os elementos que permitam identificar a imagem como correspondente à proposta descrita na ação.



DIMENSÕES

1. DIMENSÃO DE EQUIPE E GESTÃO

Nesta dimensão, podemos salientar que a participação de todos os envolvidos no processo de gestão é fundamental. É no coletivo que construímos uma cultura de grupo por meio do diálogo que acolhe a diversidade de ideias e os pontos de vista sobre a escola que temos e a escola que queremos construir. É nesse movimento que se entrelaçam os diversos saberes que pertence a cada parte da comunidade escolar, a partir da criação de possibilidade de um compartilhamento de conhecimento comum a todos em prol de uma educação de qualidade. São subdimensões:

Formação: Esta subdimensão provoca a gestão a pensar a formação em serviço e no diálogo com os educadores, com foco nos desafios e necessidades formativas da equipe. Sendo assim, se faz necessário que a gestão reflita sobre meios que propiciem o desejo dos profissionais em investir em seu próprio desenvolvimento e na qualificação dos educadores em relação às suas próprias potencialidades.

Condição de trabalho: Esta subdimensão reflete sobre as condições de trabalho para a equipe da Unidade e as relações estabelecidas.

Motivação e engajamento: Esta subdimensão convoca à reflexão sobre quais estratégias a gestão cria e utiliza para sustentar a motivação e engajamento da equipe em relação ao trabalho e às atividades desenvolvidas. Clareza nos objetivos e comunicação assertiva oportunizam o maior engajamento da equipe.

Espaços coletivos: Esta subdimensão propõe que se pensem espaços coletivos como troca de experiências. Esses momentos não podem se limitar apenas a um local estruturado ou a um horário específico. Precisam acontecer no cotidiano, nas trocas entre pares, nas diferentes experiências vividas pelos profissionais e comunidade. A finalidade é criar estratégias que propiciem momentos acolhedores e reflexivos de debate sobre as diferentes percepções e fazeres.

Apoio à equipe: Nesta subdimensão, é necessário entender as diferentes manobras de apoio ao trabalho da equipe. Ela propõe a reflexão sobre ações de apoio ao trabalho da equipe de profissionais, garantindo condições positivas ao exercício e acompanhamento das práticas pedagógicas pelas lideranças da Unidade.

Gestão de recursos materiais: Tem como objetivo elaborar um planejamento que dialoga com as diferentes necessidades da Unidade Escolar, respeitando os diferentes fazeres pedagógicos, de forma a otimizar os investimentos para obter um abastecimento contínuo e eficaz dos insumos durante todo o ano.

2. DIMENSÃO DE CURRÍCULO, INTERAÇÕES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

A dimensão Currículo, Interações e Práticas Pedagógicas trata do próprio cotidiano da instituição e de como são pensadas, organizadas e conduzidas as propostas oferecidas às crianças. Essa dimensão abarca outras subdimensões que estão interligadas de forma dinâmica e que perpassam pelo fazer da Unidade Escolar. São subdimensões:

Planejamento e currículo: Trata-se da subdimensão que se acopla às outras subdimensões. Ela é o que chamamos de “coração” do fazer pedagógico: todos os fazeres perpassam por esse processo, levando em conta estratégias que focam no desenvolvimento integral e pleno das crianças.



Organização do ambiente: tempos, espaços e materiais: A organização do ambiente revela concepções de infância, de Educação Infantil, desenvolvimento, aprendizagem, entre outras questões. Convidamos você, profissional que atua na Educação Infantil, a perceber o ambiente com olhos de estranhamento. Ler nas entrelinhas o que ele revela sobre a escola e seu objetivo, em diálogo com a proposta pedagógica e, especialmente, em diálogo com as crianças. O que as crianças dizem sobre o ambiente? Do que elas gostam? As crianças circulam livremente por ele? Ele apresenta, compartilha as experiências cotidianas? Será que o espaço está organizado tal como no ano anterior? É um ambiente acolhedor? As famílias se sentem convidadas a adentrá-lo? Conseguem se sentir pertencentes, representadas? Temos um olhar especial e acolhedor para as crianças e adultos com deficiências? Quando falamos de ambiente, estamos nos referindo aos espaços da escola como um todo e não somente à sala de referência, por exemplo. É importante considerar o ambiente como mais um educador que, além de comunicar processos de aprendizagem, promove acolhimento, a autonomia das crianças e a descentralização do adulto referência no cotidiano, dispondo de uma diversidade de materiais em cantos/contextos, democratizando assim sua ocupação.

Ampliação do repertório por meio do brincar: As interações e brincadeiras, eixos norteadores da Educação Infantil (DCNEI/2009 e BNCC/2017), não são recursos pedagógicos ou meios pelos quais as crianças aprendem. São a própria linguagem da criança e é nas interações e nas brincadeiras que as crianças se constituem e se relacionam com as pessoas e com o seu mundo. Desta forma, qualquer ação planejada para a Educação Infantil deve ser pensada sob essa perspectiva.

Cuidado de si, bem-estar e saúde: Compreendemos na Educação Infantil que o cuidar é indissociável do educar. Pensar nessa subdimensão é expandir o entendimento de que o cuidado passa também por questões físicas e socioemocionais para além das questões ligadas à higiene. Nesse sentido, precisamos criar contextos de aprendizagem que evidenciem a importância do cuidado e propiciem experiências que levem as crianças a realizarem ações de atenção pessoal com autonomia, ampliando os vínculos afetivos, manifestando desejos, sentimentos e emoções, expandindo a comunicação e compartilhando crenças e valores.

Acolhimento e gestão de conflitos: Esta subdimensão sugere pensar sobre como a Unidade Escolar pode fortalecer e entremear as relações estabelecidas sobre a rede de proteção da criança, ampliando espaços de articulações com outros setores, elaborando estratégias que possam sensibilizar o território em prol da proteção e prevenção da violência contra as crianças.

3. DIMENSÃO DE INCLUSÃO:

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015) assegura e promove “em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”. Logo, mais do que uma reflexão acerca da inclusão das crianças com deficiência nas instituições de Educação Infantil, através da oferta devagas, é nosso dever, enquanto cidadãos e educadores, traçar estratégias para que essas crianças realmente sejam incluídas no cotidiano de nossas instituições de EI.



As pessoas com deficiências têm direito à participação social efetiva, entendendo-se que a sociedade se organiza e enriquece a partir da interação entre sujeitos diversos. Nesse sentido, a ideia de uma sociedade inclusiva fundamenta-se numa perspectiva que reconhece e valoriza a diversidade como característica inerente à constituição de qualquer sociedade. Partindo desses princípios, e tendo como horizonte o cenário ético dos direitos humanos, que promove a ideia de direitos iguais a todos, sinalizamos a inclusão da criança com deficiência para além da abertura de vagas nas Unidades Escolares. Seu acesso perpassa pelo cotidiano, pelas relações estabelecidas e pelas oportunidades vivenciadas nos espaços de Educação Infantil.

A Dimensão Inclusão refere-se às ações que promovem a inclusão, a equidade, o respeito à singularidade e valorizam as diversidades na perspectiva da Educação Inclusiva. Visa garantir experiências que promovam a inclusão de crianças e bebês com necessidades educacionais especiais na Unidade Escolar e que favoreçam o seu desenvolvimento nas práticas pedagógicas e de convívio sob o olhar de diversidades funcionais como deficiência auditiva, visual, fala, mental e física, Transtorno do Espectro do Autista (TEA) e altas habilidades/superdotação.

Precisamos nos perguntar: nossa Unidade Escolar é inclusiva? Existe diálogo com a comunidade escolar sobre o Direito à Inclusão? Quais parcerias intersetoriais existem em prol da efetivação do Direito à Inclusão? Como podemos qualificar o atendimento a todas as nossas crianças? Para responder a essas perguntas, caberá a sua equipe um olhar sensível, empático e de questionamento sobre a própria instituição, pois, muitas vezes, os ambientes, as situações e as relações que costumeiramente normalizamos nos impedem de avançar no processo inclusivo.

Por isso, propomos que olhem para suas instalações, para seus materiais pedagógicos e os materiais produzidos pelo Instituto Helena Antipoff, para a formação de seus profissionais, para a prática pedagógica realizada com as crianças, para a relação estabelecida com os responsáveis e para o seu posicionamento como instituição educacional no território a que pertencem, questionando se a organização/prática/procedimento adotados atualmente podem ser considerados como inclusivos. São essas respostas que indicarão quais os pontos sensíveis precisam ser abordados na elaboração de ações em prol de avanços no processo de efetivação da Unidade Escolar como um espaço inclusivo.

4. DIMENSÃO ÉTNICO-RACIAL:

Refletir sobre a EREER é respeitar o processo de formação da subjetividade de nossas crianças e de seus familiares, trazendo para a discussão diferentes atores, histórias, espaços e narrativas. É sempre muito importante ressaltar que a educação das relações étnico-raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns e equânimes.

Dessa forma, a EREER precisa estar presente no trabalho pedagógico durante todo o ano letivo como currículo e não apenas como propostas pontuais.



Pensar sobre a perspectiva da Educação para as Relações Étnico-Raciais é pensar na organização do espaço pedagógico visando a uma identidade racial positiva, na compra de acervos de brinquedos e materiais que representem as diferentes culturas, no cuidado diário com as crianças, na curadoria de literatura afro-indígena, na promoção de jogos e músicas, entre outras ações que estão diretamente ligadas aos diferentes campos de experiência mencionados na Base Nacional Comum Curricular, bem como as ações estruturantes do trabalho com a Educação Infantil, que são as interações e brincadeiras.

A Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) deve ser compreendida como uma das ferramentas para se entender como sujeito. É crucial e urgente que em 2024 possamos pensar sobre essa dimensão, entendendo que, trabalhar com as questões étnico-raciais não pode se resumir à realização de uma única oficina que aborde apenas questões culturais como: a estética negra, o cabelo, o turbante, a capoeira, a feijoada, os cocares e ervas medicinais, entre outros.

Esses são os primeiros passos para se discutir e entender a proposta, a pesar de não serem suficientes ao atendimento da integralidade dos diferentes sujeitos que constituem o cotidiano escolar. A intencionalidade da ação se traduz na compreensão de como as histórias e culturas se fazem presentes nas propostas pedagógicas transversais ao currículo. Sendo assim, não podemos dizer que há um modelo para a Educação para as Relações Étnico-Raciais; modelos sufocam. É preciso que ela seja adaptada ao território, sala de aula e cultura. Todos os docentes precisam contribuir ativamente, independente de sua etnia ou função.

5. DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE:

Quando trazemos a temática da Sustentabilidade para uma das Dimensões, estamos pensando em ações que permeiem as relações com o meio ambiente, alimentação, segurança e economia, de forma integrada, pela perspectiva do cuidado, da relação entre o “eu”, o “outro” e o coletivo, que são marcas da Educação Infantil. Olhar para a Unidade Escolar pela lente da sustentabilidade é um convite a torná-la por essência um espaço de gentileza e zelo com todos e todas que vivem seu cotidiano. Esta Dimensão apresenta as seguintes subdimensões:

Meio ambiente: Pensar em meio ambiente é pensar em questões ambientais dinâmicas que cercam o cotidiano da Educação Infantil. Dessa forma, se faz necessário entender que nós somos o meio ambiente e, sendo assim, somos responsáveis pela relação que estabelecemos com ele. Logo, cuidar dele é um movimento reflexivo de autocuidado que promove bem-estar pessoal e coletivo.

Alimentação: Esta subdimensão nos leva a pensar sobre a promoção de uma alimentação saudável, balanceada e diversa, em diálogo com todos os grupos que compõem a comunidade escolar. Promover relações positivas das crianças com o alimento, assim como as relações estabelecidas pela família e comunidade sobre a alimentação sustentável são premissas dessa subdimensão.

Economia: A sustentabilidade, do ponto de vista da economia, nos convida a pensar a gestão de recursos financeiros, materiais e resíduos, na busca por transformar hábitos de desperdício por meio de planejamento, redução, reuso e reciclagem, com vistas a minimizar o impacto do consumo sobre o meio ambiente e os recursos naturais. Ademais, estabelecer diálogos com a comunidade de forma a fortalecer o território quanto a iniciativas de empreendedorismo sustentável, o reuso e a reciclagem como forma de economia ativa, promovendo um entrelace entre as diferentes formas de economias são objetivos a serem alcançados por meio desta subdimensão.



Segurança: A segurança em Unidades Escolares de Educação Infantil é crucial para garantir o bem-estar das crianças e dos profissionais, jamais devendo ser relegada a segundo plano. É preciso pensar na segurança, no cuidado e na manutenção do espaço físico e protocolos de forma coletiva, em que todos se entendam como sujeitos ativos, contribuindo para criar um ambiente amplamente seguro. Pensar a cultura de segurança no espaço escolar é pensar ações robustas de modo que sejam criadas condições para a liberdade de circulação de todos; o bom desenvolvimento de experiências e relações de harmonia e cooperação no âmbito da unidade. É preciso que toda a Unidade se pergunte: há mapeamento de riscos considerando todos os espaços da UE? Adultos e crianças partilham de uma cultura de cuidado e segurança coletiva?

6. DIMENSÃO TRANSIÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL:

Esta Dimensão abrange todo o percurso da criança na Unidade Escolar, visa assegurar seu acolhimento e sua permanência na instituição e, para além, estabelecer o diálogo com o Ensino Fundamental, de forma a valorizar os processos de aprendizagem vivenciados na EI e minimizar as tensões relacionadas a esse momento.

A primeira transição vivenciada é a entrada na Educação Infantil. Nesse momento, tanto as crianças quanto suas famílias se deparam com os arranjos de uma instituição que tem seus horários, rotinas e processos estabelecidos e, ao mesmo tempo, a UE agrega à sua comunidade escolar famílias que têm sua própria configuração, seus ritos, costumes e culturas. Assim, precisamos nos perguntar: as ações realizadas acolhem a criança e sua família na comunidade escolar, respeitando suas especificidades? O acolhimento da criança e sua família é realizado por meio de atividades pontuais no início do ano letivo ou se estabelecem de forma contínua ao longo do percurso escolar? Esses questionamentos são importantes para nos mobilizar a sair do lugar comum e avançar em uma discussão vital para atingirmos nosso objetivo social, político e filosófico: a relação família - criança - escola.

Ademais, precisamos pensar na transição que ocorre durante a progressão escolar da criança em nossas Unidades. As mudanças de grupamento trazem consigo as experiências, as interações, as descobertas e o desenvolvimento integral das crianças que precisam ser valorizados, pois são eles que subsidiam as novas aprendizagens e potencializam a autonomia da criança nesse novo momento de sua trajetória. Isso nos leva a um novo questionamento: como consideramos os saberes e experiências vivenciados pelas crianças em nossa instituição nas transições internas? Precisamos refletir se nos diálogos que vivenciamos em equipe e com a comunidade escolar há espaço para o compartilhamento do desenvolvimento da criança nos anos anteriores. Se faz necessário compreender a criança em sua completude e não segmentando-a em seus grupamentos, compartimentando as informações sobre seu desenvolvimento.

Dessa forma precisamos, também, organizar ações para a transição para o Ensino Fundamental.

Naturalmente, quando pensamos nos processos de transição, temos como premissa minimizar as rupturas e impactos causados pelas novas possibilidades e desafios que se apresentarão para nossas crianças no futuro. Precisamos nos atentar para que esse zelo não nos oriente em processos de preparação e antecipação de etapas.

Nesse sentido, nos cabe pensar: de que modo são planejadas e realizadas conversas e/ou visitas e troca de materiais, registros, documentos entre professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental? O questionamento nos auxilia a refletir e propor ações para a transição entre fases, compreendendo que a EI tem uma intencionalidade pedagógica específica que orienta os seus fazeres e respeita o processo de aprendizagem vivido.



A transição EI – EF deve agregar sentidos e expandir as possibilidades de compreensão de mundo. Cabe à gestão e à equipe estabelecer diálogos, propondo experiências que minimizem as angústias desse processo e acolham as novas expectativas.

7. DIMENSÃO COMUNIDADE E FAMÍLIA:

Olhar para a Unidade Escolar sob a ótica da Dimensão Comunidade e Família é compreender que a Escola não está apartada do território em que está inserida. Compartilhamos culturas, desafios comuns e parcerias, compreendemos que estas relações precisam ser fortalecidas, pois as mesmas assumem grande importância na realização de um trabalho de qualidade e impacto social.

Propomos que, em vez de construirmos “muros” que separem a escola e a comunidade, sejam construídas “pontes” que possibilitem o trânsito de valores, objetivos e interesses em comum. Conhecer a comunidade, o entorno da UE, suas dinâmicas, seus desafios, suas potencialidades materiais e culturais é um passo primordial para se pensarem ações que ampliem a parceria da comunidade no cotidiano escolar por meio da valorização da sua cultura.

Para isso, o importante é pensar em parcerias significativas (com famílias / moradores / vizinhos, comércios, ONGs, associação de moradores, equipamentos culturais e outros) e em compromissos que produzam impactos dentro e fora do ambiente escolar, reafirmando a UE enquanto instituição de presença e relevância social, em que as infâncias sejam reconhecidas nesse território. Existe a valorização dos conhecimentos e saberes presentes na comunidade? A Unidade Escolar estabelece parcerias com as instituições do território? A escola promove ações que fortalecem o território? Como a escola tem atuado de forma a ampliar a relação das crianças com o território em que vivem? Está dado que a relação de parceria com as famílias é essencial por ser aquela que de modo mais significativo impacta o trabalho desenvolvido pela Unidade Escolar e o desenvolvimento integral das crianças, entendendo também as famílias como valiosas mediadoras entre a UE e o território (porque também o constituem), entre a cultura escolar e a cultura local (porque também a produzem).

Desta forma, vale refletir: como se estabelece a relação família-escola? Existe a participação das famílias no cotidiano escolar? A escuta das famílias impacta nas decisões tomadas pela equipe? A Unidade Escolar se integra às famílias? As famílias conhecem a proposta pedagógica da unidade? São pensadas ações de aproximação das famílias ao fazer pedagógico?

